

RUY FÁBIANO

PONTO DE VISTA

A guerra no Senado

As dificuldades encontradas pelo governo no Senado, na segunda etapa de votação de reformas já aprovadas na Câmara, preocupam, mas não surpreendem. Fernando Henrique já as previa, embora tivesse a ilusão de que poderia contorná-las com alguma facilidade. Enganou-se.

Em termos lógicos, sendo o Senado casa mais conservadora que a Câmara, parece paradoxal que exatamente lá as resistências se mostrem mais acirradas. Não há nelas, porém, conteúdo ideológico. Oferecem-se dificuldades para, a seguir, alcançarem-se facilidades.

Um velho truque político. Fernando Henrique pretendia concluir já essas votações, de modo a deixar para o segundo semestre apenas temas relacionados ao campo político (reformas eleitoral e partidária) e ao capítulo da ordem econômica: reformas tributária e fiscal. O tema dos monopólios quer resolvê-los já, no embalo da votação da Câmara.

Seu temor (procedente, diga-se) é de que, ficando a votação para o segundo semestre, os *lobbies* corporativistas se reaglutinem e lhe dêem novas dores de cabeça, em torno de uma causa que, neste momento, está ganha. Não sendo possível votar ainda este mês os temas já vitoriosos na Câmara, o presidente lutará para que a votação se dê no recesso parlamentar de julho. Os senadores, no entanto, não querem abrir mão da folga do recesso. Não se trata de movimento oposicionista, o que seria compreensível. À frente,

está o pessoal governista — sobretudo do PMDB e PFL. O senador José Sarney, por exemplo.

Ele já avisou que não fará convocação extraordinária do Senado, pois não vê razões objetivas para isso. As reformas, diz, podem ficar para o segundo semestre. Fernando Henrique não acha. E vai usar os trunfos que possui para forçar a votação no recesso. Vem aí a comemoração do primeiro aniversário do real e o governo dispõe de pesquisas que garantem que a população continua a confiar não só no plano, mas também na gestão do presidente da República. Já o prestígio dos parlamentares continua não sendo grande coisa.

O que há, concretamente, é que os senadores não se conformam em ficar a reboque da Câmara. Isso os desvaloriza no mercado político. Cada senador se considera uma instituição autônoma, titular de mandato majoritário e, portanto, superior hierarquicamente aos deputados. Na repartição de cargos na administração pública, esses atributos são postos à mesa, mas só são valorizados quando surgem dificuldades operacionais como a que o governo está enfrentando agora, no Senado.

Simplificando, o que há é o velho fisiologismo dando as caras. A oposição, claro, serve-se da circunstância por razões legítimas e aceitáveis. É contra o teor doutrinário das reformas e faz tudo para obstá-las. Não é, porém, o caso do pessoal governista.